



**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARIA LUIZA PEREIRA LEITE

**SEXO, VERDURA E DINHEIRO: Divisão sexual do trabalho e relações de poder
na EMPASA de Campina Grande.**

CAMPINA GRANDE – PB

2015

MARIA LUIZA PEREIRA LEITE

**SEXO, VERDURA A E DINHEIRO; DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E
RELAÇÕES DE PODER NA EMPASA DE CAMPINA GRANDE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado a
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) como pré-
requisito para obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Jussara Carneiro Costa

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533s Leite, Maria Luiza Pereira.
Sexo, Verdura e Dinheiro [manuscrito] : divisão sexual do trabalho e relações de poder na EMPASA de Campina Grande / Maria Luiza Pereira Leite. - 2015.
27 p. nao

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Jussara Carneiro Costa, Departamento de Serviço Social".

1. Gênero feminino. 2. Relações de poder. 3. Trabalho feminino. 4. Central de abastecimento. I. Título.

21. ed. CDD 305.4

MARIA LUIZA PEREIRA LEITE

SEXO, VERDURA E DINHEIRO; DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E
RELAÇÕES DE PODER NA EMPASA DE CAMPINA GRANDE

Aprovada em: 27/02/2015

Nota: dez (10,0)

BANCA EXAMINADORA

Jussara Carneiro Costa

Jussara Carneiro Costa

Feminista e prof^a. Dr^a do Departamento de Serviço Social – CCSA/UEPB (Orientadora)

Gilberta Santos Soares

Gilberta Santos Soares

Dr^a pelo Programa de PPGNEIM/UFBA- Secretária de Estado da Mulher e da
Diversidade Humana/Paraíba (Examinadora)

Jéssyka K. A. Ribeiro Augusto Ribeiro

Jéssyka K. A. Ribeiro -

Pesquisadora e ativista feminista - Mestre em Serviço Social/UFRN (Examinadorx)

CAMPINA GRANDE – PB
2015

Dedicatória

Dedico este artigo às mulheres trabalhadoras da Empasa de Campina Grande, especialmente a Gerente e Vera.

Agradecimentos

À minha mãe, Maria do Socorro por ter me proporcionado a possibilidade de iniciar e concluir essa etapa da minha; à minha irmã Maria Eduarda pelo seu exemplo de dedicação e perseverança; ao meu pai Antônio Ferreira.

A minha orientadora, a Prof^ª Dr^ª Jussara Carneiro Costa, que possibilitou a viabilidade desse trabalho desde o início, principalmente possibilitando uma nova forma de se produzir o conhecimento.

Axs amigxs do projeto de pesquisa e extensão Todxs Juntxs Somos Fortes, pelas trocas de experiência, pelos perigos, pelo afeto envolvido, especialmente a Beta Vulgaris, que vivenciou comigo as agruras e as delícias de aventurar-se na escrita com base em novos aportes epistemológicos.

À Marcos Pablo pelo companheirismo, generosidade e paciência que teve durante esse processo.

À Banca Examinadora pela disponibilidade em contribuir com o amadurecimento das minhas inquietações.

SEXO VERDURA E DINHEIRO: divisão sexual do trabalho e relações de poder na EMPASA de Campina Grande

Maria Luiza Pereira Leite¹

Resumo

O artigo constitui-se num ensaio resultante de um esforço de análise sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de poder envolvendo marcadores de gênero, raça e sexualidade na EMPASA de Campina Grande, local onde realizei estágio supervisionado em serviço social, mais especificamente no sentido de problematizar como tais marcadores se articulam para naturalizar a subalternidade feminina naquele espaço. A escrita foi tecida a partir dos diálogos com aporte epistemológicos subalternos e a experiência acumulada no espaço, cujos desdobramentos metodológicos contribuíram para o desvelamento das reflexões apresentadas.

Palavras-chave: Sexo – Verdura – Dinheiro – Poder

Introdução

No ano de 2013 quando iniciei minhas atividades no campo de estágio em Serviço Social não fazia ideia de quão provocadora seria a experiência. Minha experiência de estágio se desenvolveu na Empresa Brasileira de Abastecimento e Serviços Agrícolas – EMPASA de Campina Grande. A EMPASA é a sigla de denominação popular das centrais de abastecimento, que são empresas estatais ou de capital misto destinadas a promover, desenvolver, regular, dinamizar e organizar a comercialização de produtos de atacado em uma região especialmente frutas, verduras e legumes. Fui contratada através do Serviço Social do Comércio – SESC-PB, pelo programa Mesa Brasil², programa desenvolvido em nível nacional, que tem como proposta a arrecadação doações de alimentos de redes de supermercados e das centrais de abastecimento alimentício além de uma sistemática redistribuição dos mesmos para

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

² Mais informações em <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/>

instituições de cunho filantrópico. A arrecadação e distribuição aconteciam diariamente, sob a responsabilidade de uma equipe composta por estagiários/as de Serviço Social e Nutrição, motorista e carregadores/as dos produtos. Éramos enviados para EMPASA todos os dias para desenvolver atividades, manter contato com os/as permissionários/as, com o objetivo de fortalecer a relação com os/as mesmos/as, e recolher os alimentos doados (frutas, verduras e legumes). Os alimentos, que não serviam mais para venda, mas ainda eram viáveis para consumo, eram recolhidos, levados para o Programa e redistribuídos para as organizações de caráter assistencial como igrejas, clube de mães, sociedades de amigos do bairro/SABs, assentamentos, ONGs e outras.

Comecei as atividades de estágio no início de março de 2013 e logo na terceira semana começamos as visitas a EMPASA. O processo de recolhimento das doações era diário, mas na divisão de tarefas cabia a mim ir três vezes por semana à EMPASA. Num dia perdido em meados de agosto, já depois de algum tempo de trabalho desenvolvido, vivi a experiência que resultou na tessitura do texto ora apresentado. Era uma quarta-feira, perto de meio dia, já havia concluído meu expediente e estava de saída, quando fui abordada por um trabalhador, que parou seu carro, pediu que me aproximasse e então soltou a assertiva: “menina, tome cuidado. Aqui na CEASA o negócio é: sexo, verdura e dinheiro”. A abordagem me pegou de surpresa de modo que me deixou meio paralisada, fazendo emergir uma série de sensações. Fiquei constrangida e com muita raiva, pelo fato de perceber como o exercício da minha função estava sendo colocado em total descrédito. Passou-se o tempo, mas intensão de analisar esses e outros acontecimentos dessa vivência permaneceram latentes. No mesmo período em que vivenciava a experiência me aproximava do feminismo e de discussões sobre gênero promovidas pelo grupo Flor e Flor: Estudos de Gênero³, vindo mais tarde a participar da pesquisa

“Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres Paraibanas” e, posteriormente, do Programa de Extensão *Todxs Juntxs Somos Fortes*⁴. Foi, sobretudo, as provocações epistemológicas, teóricas e políticas com que tive contato nesses espaços que resultou na

³ Situar

⁴ Programa resultado de convênio entre UEPB/Grupo Flor e Flor e MEC/Sesu/Proext, que tem por objetivo fomentar a interação entre a produção de conhecimento e intervenção política como estratégia de enfrentamento a violência contra mulher, LGBTTfobias e racismo no território da Borborema, Paraíba. A estratégia adotada pelo programa compreende: (a) mapeamento do perfil e das formas de articulação entre as violências contra mulheres, LGBTTfobia e racismo no território da Borborema, Paraíba; (b) realização de um curso de extensão universitária como apoio epistemológico, teórico-metodológico e político das ações do Programa; (c) publicação dos resultados; (d) um seminário para troca de experiências.

tessitura desse ensaio. À medida que me entregava a essas provocações os significados relacionados à exortação que recebi na CEASA foram sendo descortinados.

Percebi que o “recado” me atualizava o “adequado” para determinados gêneros naquele território. O dinheiro e verdura faziam referência à finalidade econômica do espaço (costuma se definir as centrais de abastecimento como centrais de comercialização de verduras). Já a menção ao sexo não fazia simplesmente referência a prática do sexo, mas à sua comercialização. Com ajuda de uma trabalhadora local, entendi que a referência à prostituição punha em ação uma estratégia de rebaixamento das mulheres. Desde o século XIX, através de categorizações médico-legais estas passaram a ser representadas como figuras inferiores, ameaçadoras do equilíbrio da sociedade; como “doença, com risco de morte”, conforme observa Margareth Rago (2005).

Com o desenrolar da experiência do estágio vivenciei várias situações em que as mulheres de alguma maneira foram desautorizadas, geralmente quando desenvolviam atividades que poderiam lhes render a condição de protagonistas. Não obstante, apesar da afirmação reiterada de que a EMPASA era um ambiente inadequado para mulheres, era possível percebê-las em grande quantidade, trabalhando nas mesmas funções que os homens, como, por exemplo, em postos relacionados à segurança, vendas, limpeza, restaurantes e até na organização/transporte de cargas e descargas de caminhões. Ainda assim, o protagonismo das mesmas era recorrentemente invisibilizado ou inviabilizado.

Nesse sentido, entender as estratégias discursivas de invisibilização do trabalho das mulheres no âmbito da EMPASA de Campina Grande constituiu-se no fio condutor da motivação desse trabalho. Afinal, se existe uma grande quantidade de mulheres circulando no espaço, exercendo as mesmas funções que os homens; se as mulheres desenvolvem com destreza atividades tidas como masculinas, por que o esforço reiterado em anular qualquer protagonismo das mulheres? Que estratégias são utilizadas para realizar tal intento? Que estratégias são inventadas pelas mulheres para conviver com os efeitos desse discurso?

Na tessitura desse texto percorremos um caminho que utiliza uma estratégia de desenho e redesenho da experiência a partir da utilização dos aportes epistemológicos trazidos do programa de extensão. Para dialogar com a questão vários caminhos foram percorridos no sentido de problematizar a estratégia produzida para de naturalizar a inferioridade ou subalternidade feminina como chave para entender o que se (me) passava na CEASA. O artigo é composto por três momentos. O primeiro traz para o

centro da questão o olhar dicotômico sobre o mundo e a vida, que ser como base para o pensamento ocidental, entendendo-o não como uma mera bifurcação, mas como um esquema que sobrepõe uma categoria em relação a outra, fixando uma relação de poder. Feita esta análise, passamos para o outro momento em que é colocada a importância de não só questionar, mas fazer uso de novos aportes epistemológicos que levem em consideração a pluralidade em que se configuram as formas de opressões, apontando reverberações metodológicas e políticas desencadeadas por tais aportes, em especial no que se refere a uma ciência posicionada, da escrita em primeira pessoa como ato político. Na última parte retomo a experiência no campo de estágio redesenhando-a de acordo com a reflexão instigada pelas provocações que acompanharam a trajetória. Por fim, finalizo com considerações bem breves e provisórias sobre a experiência que resultou no ensaio.

A dicotomia e o discurso sobre masculino e feminino: um cruzamento dos marcadores da diferença

Guacira Lopes Louro (1997) afirma que o ato de marcar corpo e território como masculinos e/ou femininos é efeito de um discurso de gênero que busca atualizar o que é adequado, normal ou aceito. Daí a ausência de exame das múltiplas formas que podem assumir as masculinidades e feminilidades como também das complexas redes de poder que (através dos discursos, dos códigos, das práticas e dos símbolos) constituem hierarquias entre gêneros.

A suposta naturalidade da assimetria entre gênero masculino feminino esta relacionado a base epistemológica do modelo de pensamento ocidental: uma perspectiva dicotômica e binária, segundo a qual dois pólos, aparentemente idênticos, se diferem e se opõem, numa relação marcada pela superioridade de um e a subordinação de outro. Conforme observa Louro (1997), essa questão que bifurca o olhar sobre a vida e sobre o mundo promove uma polarização fixa do pensamento e deve ser tema central das análises. Citando o filósofo francês Jacques Derrida lembra que o modelo de pensamento ocidental tem como base uma divisão binária e dicotômica do mundo, organiza em cadeias de analogias binárias que não se expressam em uma simples divisão de mundo em duas classes simétricas. A lógica binária nos faz perceber o mundo invariavelmente por uma série de pares fixos e opostos e nessa oposição um termo recebe sempre um valor positivo em detrimento da carga negativa imposta ao outro.

Esse princípio, além de posicionar estática e invariavelmente masculino e feminino, valora de forma negativa tudo aquilo que estiver mais aproximado da natureza (leia-se feminino), o que limita a nossa percepção de contradições que marcam essa relação. Além disso serve de base para pensar a maneira como se constrói a relação entre a produção das identidades e diferenças, que se dá sempre nesse contexto assimetricamente bifurcado. e Como observa Tomás Tadeu da Silva (2009) concebidas com numa íntima relação de interdependência, “a mesmidade (identidade) porta sempre o traço da outridade (diferença) (SILVA, 2009, p. 79). A criação da identidade está pautada e retroalimentada pela criação da diferença. Trata-se de categorias mutuamente determinadas. Diante dessa lógica há uma tendência em tomar aquilo que somos como norma para avaliarmos aquilo que não somos.

Nessa cadeia dual de analogias que fixa características de maneira sempre assimétrica, ao polo inferior é negada a possibilidade de sobressair-se, tendo em vista que este cumpre sempre a função de atestar a sua própria inviabilidade em nome da viabilidade do outro (pólo). Esse esquema irá aparecer em diversos momentos históricos, servindo de base para a produção do conhecimento.

Na rica problematização que lança à base epistemológica do pensamento ocidental e sua imbricação com mecanismos de poder e controle, o filósofo francês Michel Foucault (1988; 2008) propõe uma análise do poder no ocidente na qual identifica três principais formas historicamente assumidas pelas relações de poder, moldadas pela sociedade ocidental nos séculos XVII, XVIII e XIX. O poder soberano se estabeleceu desde a Antiguidade. Os fatores que sustentaram a sociedade da soberania foram, de um lado a tríade, poder, direito e verdade e, de outro, a trílice, o sujeito, a unidade e a lei. O discurso da verdade diz respeito ao jusnaturalismo ou direito natural, verdade que diz respeito à legitimação do poder Régio, ou poder do Rei. Por volta dos séculos XVII e XVIII, aliada às consequências da industrialização, a explosão demográfica e a vida nas cidades, a inoperância da soberania perante dinâmicas racistas produzidas pela forma como se deu a suspensão do trabalho escravo africano, seus rebatimentos na relação entre sedes e colônias, deu início à primeira adaptação dos mecanismos de poder sobre o corpo individual, com vigilância e treinamento. Nesse período tem início uma segunda adaptação dos mecanismos de controle sobre os fenômenos populacionais, com processos biológicos ou biosociológicos das massas humanas, aludindo à criação de órgãos de coordenação e centralização. No século XIX uma nova tecnologia passa a ser instituída, centrada na disciplina, na vida, no vivo, no

fato de tomar como objeto o corpo-espécie, com implantação de processos biológicos e mecanismos reguladores por parte do Estado. Emerge, a partir disso, a biopolítica que é marcada pelo acompanhamento e intervenção junto a uma série de fenômenos relativos à espécie humana e seu meio de existência e condições de vida nos grandes centros urbanos (natalidade, morbidade, habitação, serviços sociais).

O discurso dicotômico da cadeia de analogias binárias que fixam e opõem os pólos e seus pares referenciados, tem grande serventia a essa finalidade. Quando se fala da relação ciência x natureza, por exemplo, as mulheres estão para natureza assim como os homens estão para ciência. Nany Stepan (1994) observa que até o surgimento da ciência moderna, o branco era associado ao limpo, ao nítido, ao claro, conseqüentemente, para ciência, assim como o negro, o obscuro, o úmido, está mais aproximado da natureza como algo inferiorizado. Nesse sentido, às mulheres, tal como aos negros ficou relegado uma posição de relação próxima com a natureza no sentido de inferiorizá-los, entendendo-os, com base numa série de discursos como seres incompletos, de menor valor para a sociedade. Esses e outra série de exemplos de analogias binárias refletem como essas construções linguísticas de oposição dos pólos servem como base para estabelecer o limite do que é normal ou aceito e a possibilidade do abjeto, do estranho, do anormal.

Stepan (1990) relata que essa cadeia de analogias tem início em Aristóteles, nesse período as mulheres e os escravos, eram compreendidos como seres de inferioridades “naturais”. Já durante a idade média, estabeleceu-se uma oposição binária entre brancura e negritude, na qual a negritude foi associada à feiúra, ao demônio e a culpa, enquanto a brancura representava virtude, beleza, santidade e pureza. (STEPAN, 1990, p.77)

Nos séculos XVII e XIX, a interpretação científica que conduziu a estratégias sociais eugenistas, fundamentadas pelo discurso de “aprimoramento racial”, surge reafirmando o lugar de grupos auto-referenciados como dominantes. No decorrer do tempo a ideia e movimento eugenista ganham legitimidade e autenticidade científica principalmente por se estabelecer segundo, Stepan (1995, p. 17) como um conhecimento baseado em sua reivindicação de factualidade, neutralidade e universalidade. Mas, os processos contraditórios e incoerentes nessas alegações científico-racistas – como, por exemplo, traços que aludiam semelhanças entre homens brancos e seres antropóides – eram rapidamente descartadas ou modificadas. Foi aí que as medições passaram a acontecer de uma forma que estivesse de maior acordo com o objetivo: justificar a inferioridade das raças nomeadas como inferiores. Entretanto, quando contradições se sobressaíam por exemplo apontando para as semelhanças entre homens brancos e símios

essas informações eram sistematicamente ocultadas. O modelo eugenista analisava portanto, pequenas amostragens da população, sempre no sentido de apontar confluências nos resultados das pesquisas.

Stepan (1994), chama a atenção para esse fato, a seleção que os cientistas fizeram diz respeito exatamente aos pontos de compatíveis que demonstrassem a proximidade entre as raças inferiores e as mulheres e outros grupos “inferiores”.

É assim que a sexualidade emerge como dispositivo de regulação dos corpos, um tipo de adestramento estratégico, ou um elemento que constitui uma verdade interior dos corpos-organismos e corpos-espécies dos indivíduos, uma biopolítica da população. Essa forma de poder – que controla o corpo-espécie e o corpo-organismo – é designada de biopoder. Sua viabilidade depende de, segundo o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2014), situar o contexto as operações em que se combinam discursos de gênero e como a heteronormatividade é afirmada nesse contexto. O que Foucault chama de “sociedade da regulamentação” é uma “sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação”

(FOUCAULT, 1999, p 302). Sylvio Gadelha (2009) nos aponta a crucial ação da norma que se aplica a esses dois tipos de corpos-objetos de poder, possibilitando o controle de ambos, a disciplinização de um e a regulamentação do outro.

Miskolci (2014) aponta como as normas impostas sobre os corpos serviram de base para criar uma ordem social denominada heteronormatividade. Qualquer desejo fora do pressuposto heterossexual perturba a referida ordem. É assim que a heterossexualidade se estabelece como padrão, inclusive, para aqueles que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Portanto, tudo aquilo que foge à norma é reconhecido como abjeto, recusado e considerado como fora dos limites do reconhecível, quer como objeto do conhecimento quer como digno de respeitabilidade. Assim se constroem os corpos marginalizados, que provocam medo. Conforme observa Judith Butler (2003), eles existem na cultura, mas são plenamente excluídos da cultura dominante

Outra ponderação a se fazer à forma como se relacionam os marcadores sociais da diferença, em consonância com Louro (1997), é reside na necessidade de se prolematizar visões essencialistas. No que se aplica ao gênero, homens e mulheres devem ser pensados de forma plural, entendendo que a categoria gênero é perpassada por etnia, religião, raça, classe e etc. Como observa Silva (2009) a construção das identidades de homens ou mulheres também é ato de criação linguística, criados por nós a partir de determinados contextos de relações culturais e sociais.

Essa redescoberta e afastamento de um posicionamento fixo dos gêneros me proporcionou experiência de descobrir novos ângulos de análise, nas quais pude entender que, mais que uma narrativa ou descrição da realidade que vivenciei, era preciso procurar por outros parâmetros. Nesse sentido abordarei adiante a importância de buscar aparatos em uma nova epistemologia.

Saberes que insurgem e um novo olhar para a realidade

Os questionamentos feministas que guiam as problematizações lançadas neste artigo articulam-se ao que vem sendo chamado de saberes subalternos (PELUCIO, 2014; MISKOLCI, 2014) ou insurgentes Dialogando com Foucault (ano?), Larissa

Pelúcio (2012) fala de um movimento histórico que chama de “insurgência dos saberes sujeitados”, como “um conjunto heterogêneo de conhecimentos silenciados pelas circunstâncias históricas estabelecidas por densas relações de poder e que foram desqualificados, deslegitimados em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns” (PELÚCIO, 2012 p. 401)”. Para ela, a insurgência dos saberes subalternos não está relacionada a reivindicação da voz para aquelas e aqueles que foram privados do direito de falar e ser ouvido mas à participação no esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as ‘verdadeiras’ e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas. Para Pelucio (idem), guardamos marcas culturais e históricas dos discursos que nos constituíram como periféricos e que não podemos esquecer das nossas particularidades locais para pensar raça, cor, classe, sexualidades. Para tanto, é necessário construir nossas próprias ferramentas conceituais teóricas para pensar este particular. Ela sugere que esse conjunto articulado de reflexões que tem mantido forte diálogo com as Teorias Feministas, com Estudos Pós-coloniais e com a própria Teoria Queer, aglutinados nos saberes subalternos, configuram-se em conjunto produtivo de reflexões que tem desafiado a frieza acadêmica com proposições marginais.

Situando-a num conjunto de contestações epistemológicas surgidas no período, Richard Miskolci (2014) observa que a teoria queer advém dessa insurgência e só pode ser compreendida quando situada como uma inflexão histórica recente na maneira de produzir conhecimento, por vincular o saber às demandas de grupos historicamente subalternizados por suas diferenças de gênero, sexualidade e/ou raça. Para Louro (2001)

seu grande potencial de análise está nas ferramentas para desvenda a normalização, com questionamentos que nos servem para compreender e desconstruir os discursos que estabelecem a medida do adequado e os limites do objeto.

Como mostra Cecília Sardenberg (2007) já faz tempo que o feminismo aponta que a razão dualista, cartesiana, característica do pensamento iluminista produz inúmeros pares de opostos: sujeito/objeto mente/corpo, razão/emoção, objetividade/subjetividade, transcendente/imanente, ativo/passivo, cultura/natureza e chama atenção para a localização histórica a que foram relegados o masculino e feminino nessa oposição binária.

os conceitos de sujeito, mente, razão, objetividade, transcendência, cultura, dentre outros que estruturam os princípios da Ciência Moderna, foram identificados como “masculino”, ao passo que os demais termos das dicotomias – objeto, corpo, emoção, subjetividade, imanência, natureza, etc, sobre os quais os primeiros se sobrepõe hierarquicamente – fazem parte do que historicamente se construiu como “feminino”. (LLOYD, 1996 apud SARDENBERG 2007 p. 8)

As críticas feministas atacam, sobretudo, o pressuposto da objetividade positivista, propondo, ao invés disso uma ciência posicionada, dando ênfase ao comprometimento político na produção do conhecimento. Como enfatiza Sardenberg, (2007), trazer visibilidade para aquela que sempre foi ocultada era o principal objetivo das pesquisadoras feministas da “segunda onda”, período iniciado no final da década de 1960, tendo como principais características a preocupação com as construções teóricas que compartilham das críticas aos sistemas explicativos da sociedade. Problematisando os modos tradicionais de produção e divulgação do que é admitido como ciência, as teóricas feministas desse momento levantaram informações em registros oficiais, deram voz aquelas silenciadas e focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico. Falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Colocaram como tema central as questões reativas às mulheres que até então eram tomadas como irrelevantes.

Louro (1997) também enfatiza como uma das principais marcas dos estudos feministas o seu caráter político, observando que

objetividade neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. As pesquisas passara a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; fontes iconográficas e registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoas. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram

interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudos de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança. (LOURO, 1997 p. 19)

Sardenberg (2007) destaca como características principais da pesquisa feminista o fato de que o problema de pesquisa é sempre um problema de alguém ou para alguém; de que as indagações formuladas pela pesquisa feminista nunca estão desvinculadas do propósito de mudar condições de vida de alguém – no caso, das mulheres; de que o conhecimento feminista sempre enfatiza que o sujeito deve ser abordado criticamente e os resultados de sua investigação devem ser confrontados com seu lugar de fala e tomada de posição, o que significa que o conhecimento é sempre localmente situado.

Como afirma Carla Cabral (2006, p. 36), “a epistemologia feminista postula uma teoria do conhecimento que não apaga o contexto social do sujeito cognoscente”. Apontando as semelhanças entre a situação das mulheres e dos povos colonizados, Ilana Löwy (2000) aponta as vantagens de uma ciência situada argumentando que o feminismo e estudos de gênero modificaram a percepção científica do natural, masculino e feminino.

Ao propor parâmetros para se pensar a pós-colonialidade, o sociólogo portoriquenho Ramón Grosfoguel (2008, p. 399) sugere o abandono de perspectivas em que o lugar epistêmico étnico-racial, sexual e de gênero e o sujeito enunciador se encontrem desvinculados. Para ele, ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico/racial/sexual/degênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre o conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpopolítico das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.

A filósofa feminista Sandra Harding (1987) observa que os postulados da epistemologia feminista arrancam do sujeito cognoscente o caráter universal, único e eterno para dar lugar a um sujeito marcado pelo gênero, que conhece e está imerso em uma rede de intrincado jogo de diferenças, resultando na dissolução de um sujeito uno e universal na rota do conhecimento para fragmentar-se e dar passo a heterogeneidade criadora e fértil.

Trata-se, portanto de uma perspectiva em que o sujeito do conhecimento aparece sempre em primeira pessoa, pois, como aponta Pelúcio (2012), anunciar o lugar de fala significa muito em termos epistemológicos, porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é

geocentrada e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes. Ainda segundo a autora, mais do que dar voz àqueles e àquelas que sempre foram privados de voz é necessário um esforço para prover outra gramática, outras referências que não aquelas que apreendemos como as “verdadeiras”. Assim, ao desafiar o caráter “neutro” da escrita acadêmica, denuncia o discurso da neutralidade como historicamente e assumidamente interessado com a transformação da realidade. Há ainda a dimensão ética delineada por tal perspectiva. Ao referir-se ao caráter situado e/ou localizado do conhecimento, a bióloga e epistemóloga feminista Donna Haraway

(1995, p. 19) observa que “a voz que professa os resultados não evita o corpo que fala e, assim, impossibilita o truque mítico de deus de ver tudo de lugar nenhum”.

Se o sujeito é historicamente localizado, as relações imbricadas aí estão presentes nas dinâmicas para se alcançar o saber (CABRAL, 2006 p.91) Portanto, a escrita posicionada promove importantes implicações metodológicas na tessitura desse texto. De tais ponderações resulta a necessidade da escrita acadêmica ser situada em primeira pessoa, perspectiva que adoto na organização desse trabalho. A maneira como vou expor as memórias não seguirá um critério de ordem cronológica ou de temporalidade linear. O fio condutor dessa narrativa é a afetividade das coisas.

A análise feita aqui passa pelo acesso que eu tive, a partir da minha posição, aos discursos de gênero que circulam no espaço pesquisado e de instrumentos que permitam sua sistematização. Daí a opção pela observação de cunho etnográfico como técnica de registro e sistematização da observação em campo. Na tessitura do texto que se segue farei uso de alguns depoimentos a que tive acesso no campo, organizados de maneira a preservar anonimato para dar visibilidade à experiência. As operações de silenciamento e invisibilização demandam um trabalho de pesquisa que resgate a experiência dos subalternizados. Segundo Jorge Larrosa Bondía (2002), o saber da experiência se dá da relação entre o conhecimento e a vida humana. Scott (1999) observa que faz-se necessário articular a dimensão da experiência pessoal com condições em que é construída, tomando-a como algo que “interroga os processos pelos quais os sujeitos são criados, e, ao fazê-lo, reconfigura a história, abrindo novos caminhos para se pensar a mudança” (SCOTT, 1990, p. 48), destacando sua importância na constituição de um objeto de investigação, desde que se considere fato de que “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, idem, p. 27).

Divisão sexual do trabalho e relações de poder na EMPASA de Campina Grande.

Minha frequência de visitas à EMPASA era semanal e logo de início pude perceber o reforço dos discursos de que aquele era um ambiente inadequado para mulheres, o que ficou nítido antes mesmo de adentrar o espaço. Durante a preparação enquanto estagiária as principais indicações feitas pela coordenação, direcionadas a nós mulheres, eram sempre no sentido de evitarmos usar roupas justas, para que não houvessem constrangimento ou algum tipo de violência simbólica. Nesse sentido, o discurso da própria instituição legitima a noção de que aquele espaço era masculino e, portanto, perigoso para aquelas – estagiárias – cuja circulação não estava ligada as duas atividades principais: verdura e dinheiro, o que justificava preocupação com a inserção de estagiárias.

Dentre as estratégias de invisibilização do trabalho da mulher estava a *divisão de tarefas*. O reforço do discurso da divisão sexual do trabalho começa com a orientação do SESC para que se use a capacidade apelativa do feminino para realizar a coleta. O recrutamento de mulheres que trabalham no local também não promovia nenhum impacto na movimentação econômica do local. A reiteração do discurso era feita pelo SESC, à medida que priorizava a contratação de mulheres para desenvolver a atividade de coleta e mediação das doações. Sobre esse ponto justificava-se que as mulheres levavam “mais jeito”, eram mais “simpáticas”, portanto mais adequadas à prática de “pedir”, ato que carrega em si uma significação de submissão que premissa da benevolência masculina para se engrandecer. Recentemente, quando retornei ao campo pude ouvir muitas reclamações pelo fato de que a pessoa que desempenha essa função atualmente era um homem, o que suscita a indagação sobre as intenções produzidas na relação da instituição com os doadores, que fundamentam a utilização de mulheres nessa função.

Outra condição do exercício diário dessa atividade era a dificuldade de lidar com o grupo enviado para a EMPASA, que era composto por motorista e carregadores. Houve muitos momentos de conflito com a equipe quando era preciso que eu tomasse alguma atitude no sentido de direcioná-los. Mesmo sendo uma atribuição que me cabia como estagiária, convivi com a recusa constante em fazê-los seguir a minha orientação, sob a alegação explícita de que não seguiam ordem de mulher, ainda mais sendo jovem e

estudante universitária. No entanto, quando me era destinada a função de “pedir” eu brevemente era atendida, curiosamente, porque era jovem e estudante universitária. E embora afirmassem não obedecer ordens de mulher, adotavam outra postura – comentava-se que marcada pela subserviência – em relação à coordenação do local que era composta por mulheres. Embora não cessassem os comentários hostis, havia um cuidado em selecionar os lugares em que podiam ser explicitados.

A flexibilidade dos discursos perante os contextos torna possível pensar nas diferentes harmonias entre os marcadores – gênero, sexo, geração – direcionadas para reiteração de um poder explicitamente comprometido com a manutenção de privilégios androcêntricos.

Eram comuns mulheres afirmarem trabalhar há tanto tempo ou anteriormente à circulação de maridos ou companheiros no espaço, mas as suas lojas ou bancas de vendas só se tornarem conhecidas ou localizadas pela referência ao nome deles. Durante o processo de arrecadação dos alimentos eu passava em todas as bancas com uma lista que praticamente só continha nome dos maridos, pais ou irmãos. Em algumas me surpreendia com o fato de haver uma mulher. Muitas delas se questionavam, não entendiam o porquê de seu trabalho não ser reconhecido. Dentre elas, um relato de que mesmo o marido tendo falecido há muito tempo sua banca, conseqüentemente seu trabalho só era conhecida pelo nome dele. O trabalho da mulher viva é reconhecido pela referência ao marido morto.

Apesar de corrido o cotidiano de trabalho na EMPASA, em alguns minutos de conversa Maria⁵ me narrou parte do cotidiano:

Olha, eu acordo às 3 da manhã, faço café e deixo almoço pronto. Chego na CEASA às 5 horas, e fico no caixa atendendo os clientes e resolvendo as coisas, porque ele não resolve nada... Volto para casa já de tarde lavo os partos pra no outro dia seguir do mesmo jeito. E nos dias que não venho, como moro em um sítio aí cato as acerolas pra vender aqui.

A realidade dela era bem parecida com a de muitas que tive a oportunidade de conversar, além do trabalho intenso na EMPASA, havia o trabalho em casa que era muito menos reconhecido. Nesse mesmo momento, após os segundos de surpresa, perguntei se poderia recolher os alimentos, e ela disse que não, que os mesmos só

⁵ Nome fictício

poderiam ser liberados com a autorização do marido. O fato acontecia com frequência, os alimentos só eram liberados para doação com autorização do marido/pai/irmão. Era perceptível em alguns momentos como elas próprias se sentiam desconfortáveis com aquela situação. Foram muitas as situações em que as mulheres ficavam trabalhando em suas bancas, presas ao processo de atendimento/venda enquanto seus maridos estavam, como elas mesmas diziam, “passeando” pela EMPASA.

Outra estratégia de desautorização comumente usada era a *obrigatoriedade de prestar contas do que se comprava e/ou vendia*, o mesmo não exigido dos homens. As decisões mais importantes, apesar de nem sempre serem as melhores, eram tomadas por eles.

Observar esses fatos me fez perguntar pelas várias razões que informaram a assertiva que recebi quando adentrei àquele espaço, como essa se relaciona aos esforços para barrar protagonismo das mulheres no recinto, pois como afirma Scott (1991), o protagonismo delas existe, mas a grande questão é que não pode ser verbalizado. Quando não há a invisibilização, por meio da não verbalização, as mulheres aparecem em discursos nitidamente direcionados a rebaixá-las. Invisibilidade que, como sugere Joan Scott (1991), foi produzida não por um desenvolvimento inevitável da história nem pela “natureza”, mas através de processos discursivos que caracterizavam a esfera do privado (mundo doméstico) como verdadeiro espaço das mulheres, mesmo sendo conhecido o fato de que elas, há muito tempo, já desenvolviam, além do trabalho doméstico, atividades fora de casa nas lavouras, nas fábricas, escolas, lojas e etc. Como observa Scott (1991), já antes do advento do capitalismo industrial as mulheres ganhavam seu sustento como fiandeiras, costureiras, ourives, cervejeiras, polidoras de metais, fabricantes de botões ou de rendas, amas, criada de lavoura ou criada doméstica nas cidades e no campo da Europa e da América. Entretanto, a mulher trabalhadora ganhou no século XIX uma proeminência extraordinária durante a revolução industrial, não só porque foram criados novos espaço de trabalho, mas porque ela se tornou uma “figura perturbadora”.

Mesmo havendo opiniões distintas sobre o que era ou não trabalho adequado para as mulheres e apesar de cada contexto ter sua própria configuração, o sexo era levado em consideração nas possibilidades de emprego, pois como afirma Scott (1991), as mulheres eram associadas ao trabalho barato, mas nem todo trabalho barato era adequado para elas. Ainda de acordo com a autora, a divisão sexual no mercado de trabalho foi produzida por esse discurso, concentrando as mulheres em alguns empregos

e não em outros, colocando-as sempre na base de qualquer hierarquia ocupacional. Dessa forma, a associação do trabalho feminino com certos tipos de empregos e como mão-de-obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras durante o século XIX, de tal modo que se tornou axiomática. O discurso produzido na ocasião se fundamentava em fatos que não existiam objetivamente, mas eram produzidos por histórias que destacavam os efeitos da separação entre lar e trabalho, criados por economistas políticos e pelos empregadores, quando priorizavam a contratação de mulheres para cargos de baixíssimo salário, que geravam uma força de trabalho explicitamente segregada pelo sexo. Além dos estudos tendenciosos de reformadores, médicos, legisladores e estatísticos que naturalizavam a inferioridade feminina, consoante à base produzida pelo biopoder.

A visibilidade resultou da sua percepção como problema, que implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado. As verdadeiras questões da época eram: deve a mulher trabalhar por um salário? Que tipo de trabalho é adequado para uma mulher? Scott (1991) mostra que a ideia de que o trabalho dos homens e o das mulheres tinha valores diferentes e de que homens eram mais produtivos do que as mulheres, não excluía completamente as mulheres da força de trabalho dos países industrializados. Quando precisavam de dinheiro, as mulheres saíam de casa para ganhá-lo. Mas ganhavam muito pouco, pois seus salários eram definidos em grande parte por essas teorias que definiam o trabalho da mulher como mais barato do que o do homem. Muitas vezes os salários eram fixados tendo em mente o sexo (em alguns países a raça e a etnia) dos/as trabalhadores/as. Por isso, a contratação de mulheres significava que os empregadores queriam poupar dinheiro.

Scott (1991, p.460) chama a atenção para outra questão importante: “os salários que poderiam atrair operadores masculinos de uma classe inferior da comunidade, atrairão operadoras femininas da comunidade de uma classe superior”, fato que explicita o caráter de fomento da superioridade de uns setores em relação a outros.

Ainda que a realidade relatada por Scott faça referência a Europa e EUA, desde antes do século XVIII é possível constatar suas reverberações em diferentes cenários. Para mim, essa se apresentou durante o estágio supervisionado em serviço social. A experiência de estágio em Serviço Social é entendida como uma estratégia de reflexão da formação profissional que complementa o processo de ensino/aprendizagem, enfatizando a prática, “o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e,

por isso, deve ser planejado gradativamente e sistematicamente”. (BURRIOLLA, 2001, p.13). O estágio proporciona ao/a estudante a possibilidade de, a partir da experiência desenvolvida, estabelecer um olhar crítico e investigativo sobre a realidade. Nesse sentido, com o estágio supervisionado é possível desenvolver a prática da pesquisa social que se apresenta como uma ferramenta indispensável para o conhecimento profundo de determinados contextos; além da habilidade da sistematização do exercício de aprendizado constante da experiência.

Quando fui abordada pelo trabalhador e indaguei-lhe sobre o significado da exortação que me dirigiu, ouvi dele: “é que você sabe né? O povo vê você assim, jovem e logo pensa que pode dar algum dinheiro e você aceitar fazer programa e as meninas da universidade já tem essa fama” (Diário de campo, 2013). O fato de eu ser uma jovem mulher e estudante naquele espaço tornava meu corpo um território mais acessível à abordagens violentas e incisivas. Em outra circunstância vivi também o constrangimento de “cunho sexual”

JOÃO⁶: Porque você passou e não falou comigo?

MARIA LUIZA: eu não te vi.

JOÃO: Pois pode passar a me ver. O povo pensa que João não tem coragem de fazer as coisas, depois quando as coisas aparecerem feitas aí vão saber que foi João que fez.

Depois desse episódio tive a oportunidade de conversar com uma assistente social que era a encarregada de arrecadar as doações antes dos estagiários. Perguntei se ela já tinha sofrido algum tipo de violência quando trabalhava lá. Ela me relatou que um dia foi trabalhar com um vestido vermelho, e, nesse dia, foi surpreendida com um tomate que atiraram contra ela.

Admito que não foi simples a vivência naquele espaço em que eu também fui uma mulher trabalhadora desautorizada no cotidiano, perceber e sentir na pele os momentos de invisibilização naturalizada, buscar estratégias de convivência e resistência, que acabavam sempre se configurando na atualização sistemática do adequado para o meu gênero, desde a roupa folgada, cabelo preso, gestos contidos, reações limitadas, mas que por fim não me blindavam das abordagens desqualificadoras sofridas no decorrer da vivência. Eu era uma mulher jovem, de fora, mas dentro do espaço, ali, um corpo acessível. As abordagens “sugestivas” não começaram no espaço, a partir das falas dos trabalhadores, mas da própria instituição da qual que eu fazia parte quando a mesma estabelecia como critério a contratação de mulheres jovens e simpáticas

⁶ Nome fictício

para aquela função. Ao mesmo tempo, controlava o limite da simpatia aceita, controle que era feito sempre com uma conotação dúbia.

As estratégias discursivas usadas no sentido de naturalizar a divisão sexual do trabalho naquele âmbito são histórica e cotidianamente reproduzidas nos mais diversos espaços da sociedade. Como afirma Cabral (2006) as mulheres sofreram um tipo de alheamento histórico da vida heróica, das façanhas célebres, dos jogos competitivos e da liderança de atividades de qualquer espécie. Mas não como uma questão natural ou inevitável mas, como afirma Scott (1991) por efeito de uma série de discursos que ocultavam o protagonismo da mulher, as postulando na base de toda hierarquia

Por último, foi um espaço, infelizmente, rico para observar situações envolvendo racismo e a sexualidade atuando como um forte marcador dos corpos abjetos naquele espaço. Pois, em meio a todos esses episódios de invisibilização e desautorização do trabalho da mulher uma personagem me chamou atenção naquele espaço. Uma mulher lésbica e negra que era conhecida pelo seu apelido “Gerente”. O apelido tinha uma conotação ambígua, pois à medida que era usado em tom de chacota, também refletia uma demarcação de território que é efeito de uma resistência cotidiana: a “Gerente” não aceitava situações de submissão. Talvez por isso sua banca ficava localizada no terceiro galpão, que tinha as piores condições de saneamento e era o mais afastado, onde estavam os trabalhadores mais pobres. Um episódio bastante elucidativo ocorreu quando estava conversando com a Gerente ela disse que era seu aniversário. Fui parabenizá-la com um abraço e outra trabalhadora daquele galpão tentou me impedir de ter aquele tipo de contato.

Para Miskolci (2014) a abjeção tem como definição tudo aquilo que causa horror ou repulsa como sendo poluidor ou sujo, a ponto do contato com aquilo causar náuseas e/ou contaminar. Mas, a medida que significa algo perigoso também significa poder, pelo potencial ameaçador da ordem estabelecida. Portanto, o meio buscado pelas concepções dominantes para manterem-se estabelecidas é através da segregação desses seres abjetos.

Aqui fica nítido como atuam os marcadores da diferença na configuração das opressões. As suposições de uma associação entre lésbicas, masculinidade e violência se relacionam à forma como as relações entre mulheres foram definidas pela normatização de gênero nas estratégias do biopoder. Ana Maria Brandão (2007) lembra que a homossexualidade feminina também teve sua etiologia no rol das patologias sexuais

construídas a partir do século dezenove. O discurso médico descreve o homossexual “verdadeiro” como efeminado e a lésbica “verdadeira” como máscula, influenciando os sistemas de designação das identidades homoeróticas mesmo quando a realidade não se encaixa em tais construções. A recriminação ao “jeito masculino” nas mulheres, sobretudo lésbicas, esta relacionada a ameaça que representa a idéia de coerência obrigatória entre identidade de gênero, identidade sexual, desejo e pratica sexual. A negritude de “gerente” é outro elemento determinante para a abjeção que se lança contra ela, expressa na sua segregação em locais mais sujos e deteriorados.

Para Miskolci (2014) a abjeção tem como definição tudo aquilo que causa horror ou repulsa como sendo poluidor ou sujo, a ponto do contato com aquilo causar nauses e/ou contaminar. Mas, a medida que significa algo perigoso também significa poder, pelo potencial ameaçador da ordem estabelecida. Portanto, o meio buscado pelas concepções dominantes para manterem-se estabelecidas é através da segregação desses seres abjetos.

A mulher que tentou me impedir de ter esse contato era branca, heterossexual. Ambas possuíam um valor equivalente às bancas, ambas faziam parte do mesmo galpão. Mas só à Gerente era negada possibilidade de um contato próximo, pela sua condição de mulher negra e lésbica masculinizada, dando uma conotação, pela atitude de impedimento do abraço, de que a sua abjeção pudesse ser transmissível. Apesar da sua condição semelhante, o marcador da diferença neste caso ser negra e masculinizada atua configurando dinâmicas de subalternidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço da EMPASA de Campina Grande configura-se como complexo e riquíssimo em informações. Com a aproximação de novos aportes teóricos a compreensão sobre as relações de poder, as contradições, as diversas formas de opressões vividas pelas mulheres, tornou-se possível. Além de se configurar em um espaço latente de opressões, este é um espaço de resistência.

Estudar estratégias de desqualificação do trabalho/protagonismo das mulheres com base em um discurso de gênero, com olhar voltado para os processos discursivos que promovem uma aparência de naturalidade à inferiorização do feminino, me proporcionou um deslocar do olhar, tornando possível destrinchar os caminhos pelos quais as desigualdades de gênero se reproduzem na divisão sexual do trabalho.

O fato de assumir a total (des)construção teórica como base para o desenvolvimento desta análise, não foi tarefa simples, mas me faz acreditar que as reflexões produzidas a partir daí podem contribuir em muitos aspectos para o campo de estudos sobre as desigualdades de gênero. Além de proporcionar àquelas mulheres, mesmo que brevemente, um momento de retirada da ocultação total, retomando o critério central da escrita feminista dos primeiros tempos, colocando-as (nos) no centro da questão.

Por fim apesar das possibilidades proporcionadas por essa abordagem, nesse momento da conclusão do texto fica sensação de que há muito ainda pra ser aprofundado, muitas histórias de vida para serem contadas, muita complexidade a ser analisada diante da diversidade e pluralidade do espaço.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Mirian. *A Voz e a escuta – encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea*. Florianópolis, Blucher acadêmico. 2009.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Tradução, GERALDI, João Wanderley. Universidade Estadual de Campinas. N. 19, Jan-Fev-Mar, 2002.
- BURRIOLLA, Marta Alice Feiten. *Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis*.3. São Paulo: Cortez, 2003.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CONNEL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de PósGraduação em Sociologia, 2012, v. 2 n.2.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, março. 2008.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *CadernosPagu*, n.5, 1995, p.07-41.
- HARDING, Sandra. *Feminism and Methodology*. Bloomington: Indiana University Press. 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva posestruturalista*. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, v. 6. 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma CABRAL, Carla Giovana. *Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado*. *Cadernos pagu* (27), julho-dezembro de 2006: p.63-97, 2001.
- MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Revista Periódicus*, v. 1. Maio-outubro 2014.
- PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos Às margens sobre pós-colonialismo, feminismo e estudos queer. *Contemporânea – Revista de sociologia UFSCar*. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012, pp.395-418.

PERLONGHER, Néstor. O negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

SARDENBERG, Cecília. Da crítica Feminista , uma ciência feminista. Estudos Feministas. Janeiro/Junho, 2007

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, luta de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Revista Katálysis, Florinópolis, v. 12, n. 1, June 2009.

SCOTT, Joan. História das mulheres no ocidente, o século XIX. Portugal. Editora Afrontamento. V. 4. Pp 442-472. 1991.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da Experiência. Revista de estudos pós-graduados em história w do departamento de história. São Paulo, n.16, fevereiro, 1998.

SILVA, Maria Alice Siqueira Mendes da. Sobre a análise do Discurso. Revista de psicologia da UNESP. Ourinhos, São Paulo. V. 4. 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petropolis – RJ, Vozes, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In. EMÍLIO, Marli, etall (org.). Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003. p. 55-64.

HARDING, Sandra. Feminism and methodology. Bloomington, Indiana University Press. 1987

LÖWY, Illana. Universalidade da ciência e conhecimentos “situados”. Cadernos Pagu, 15:15-38, 2000

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione; LAGO, Mara e RAMOS, Tânia (orgs) Falas de gênero. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 1999, ps. 21-56

GADELHA, Sylvio. Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault.

CABRAL, Carla Giovana. Pelas telas, pela janela: o conhecimento dialogicamente situado. Cadernos pagu (27), julho-dezembro de 2006: p.63-97